



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA ESPANHOLA

ISA FRANCIELE MENDES DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO E DA COMUNIDADE ESCOLAR NO
ÂMBITO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-PDDE**

Orientadora: FERNANDA MARQUES DE ALMEIDA HOLANDA

DUAS ESTRADAS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO LETRAS
CURSO DE LETRAS - ESPANHOL

ISA FRANCIELE MENDES DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO E DA COMUNIDADE ESCOLAR
NO ÂMBITO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-
PDDE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras Língua Espanhola da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
Letras Espanhol.

Orientadora: Prof^a. Ms. FERNANDA
MARQUES DE ALMEIDA HOLANDA

DUAS ESTRADAS

2019

ISA FRANCIELE MENDES DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO E DA COMUNIDADE ESCOLAR
NO ÂMBITO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-
PDDE**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Espanhola da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para obtenção da graduação em Letras/ Espanhol, sob a orientação da professora FERNANDA MARQUES

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Fernanda Marques de Almeida Holanda
UFPB
Orientadora

Prof. Ms. Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa
UFPB
Examinador

Prof^a. Ms. Cibelle da Silva Santiago
UFPB
Examinador

DUAS ESTRADAS

2019

RESUMO

Sabendo-se que para haver uma democratização na escola é necessário a participação de todos os indivíduos nas tomadas de decisões. A partir desse pensamento tivemos como questão problema: De que maneira os recursos utilizados com o “Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE” estão sendo postos em práticas em duas escolas públicas do Município de Belém-PB. Tendo como objetivo geral: Compreender como a escola discute e delibera sobre os recursos e qual a participação da comunidade escolar nas decisões do uso dos recursos do PDDE, que se apresentaram como um espaço democrático, no qual a comunidade vem tentando construir espaços de participação ativa no gerenciamento dos recursos disponíveis tanto na esfera da estrutura física, quanto na pedagógica. É importante destacar que por melhores que sejam as condições de participação e expressão democrática na gestão da escola, nunca é ideal ou sucedida definitivamente. Nessa direção foram pensados os seguintes objetivos específicos para o estudo: explicitar o PDDE como programa no âmbito da gestão escolar; identificar os mecanismos de participação da comunidade escolar na gestão dos recursos do PDDE; apontar algumas ações na prática pedagógica que se articulam ao PDDE. A metodologia pautou-se em uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa de campo. Para análise dos dados foi necessário utilizar a entrevista, composto por perguntas estruturadas. O embasamento teórico se respaldou no pensamento dos autores: Santos, Silva, Silva (2018), Paro (2016), Moreira (2012), Luck (2009), Cardoso (2009), Brasil (2006), Luce e Medeiros (2006), França (2005) entre outros, os quais permitiram uma contextualização da criação do programa PDDE cuja finalidade, em essência, destina-se às ações de melhoria do funcionamento e da infraestrutura física e pedagógica da unidade escolar, assim como a intensificação da autonomia da gestão escolar e da participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Descentralização. Gestão Democrática. Participação.

RESUMEN

Sabiendo que para tener una democratización en la escuela es necesaria la participación de todos los individuos en las tomas de decisiones. A partir de ese pensamiento tuvimos como cuestión problema: ¿De qué manera los recursos utilizados con el "Programa Dinero Directo en la Escuela-PDDE" están siendo puestos en prácticas en dos escuelas públicas del Municipio de Belém-PB. Con el objetivo general: Comprender cómo la escuela discute y delibera sobre los recursos y cuál es la participación de la comunidad escolar en las decisiones del uso de los recursos del PDDE, que se presentaron como un espacio democrático, en el cual la comunidad viene tratando de construir espacios de participación activa en la gestión de los recursos disponibles tanto en la esfera de la estructura física, como en la pedagógica. Es importante destacar que por mejores que sean las condiciones de participación y expresión democrática en la gestión de la escuela, nunca es ideal o sucedida definitivamente. En esa dirección se pensaron los siguientes objetivos específicos para el estudio: explicitar el PDDE como programa en el ámbito de la gestión escolar; identificar los mecanismos de participación de la comunidad escolar en la gestión de los recursos del PDDE; señalar algunas acciones en la práctica pedagógica que se articulan al PDDE. La metodología se basó en un enfoque cualitativo, del tipo de investigación de campo. Para el análisis de los datos fue necesario utilizar la entrevista, compuesto por preguntas estructuradas. En el caso de que se produzca un cambio en la calidad de vida de las personas que viven con el VIH / SIDA, (2005) entre otros, que permitieron una contextualización de la creación del programa PDDE cuya finalidad, en esencia, se destina a las acciones de mejora del funcionamiento y de la infraestructura física y pedagógica de la unidad escolar, así como la intensificación de la autonomía de la unidad escolar la gestión escolar y la participación de la comunidad escolar.

Palabras clave: Descentralización. Gestión Democrática. Participación.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM – Associação de Pais e Mestres da unidade escolar

EEx – Entidades Executoras

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

UEx – Unidade Executora

CD- Conselho Deliberativo

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PMDE – Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

PNE – Plano Nacional de Educação

PNBE – Programa Nacional da Biblioteca Escolar

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

Sumário

1 INTRODUÇÃO	0
2 AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	13
2.1 O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Descentralização, Gestão e Fiscalização de Recursos Públicos.	19
3 CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO – DIALOGANDO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA E PEDAGÓGICA DA ESCOLA.	26
3.1 Caracterização do objeto da pesquisa	26
3.1.1 Sujeitos da pesquisa	28
3.1.2 Tipo de pesquisa	28
3.1.3 Instrumentos da pesquisa	29
4 DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS DA REALIDADE.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE	45

1 INTRODUÇÃO

A gestão educacional trabalha com um modelo de administração, visando à organização dos processos educativos, sendo necessário destacar que um método de gestão não se restringe exclusivamente ao ato do gerenciamento, esse termo engloba todos os elementos inseridos em uma instituição definida como escola, envolvendo, inclusive à democratização do ensino. (PARO, 2016).

A gestão escolar representada pela equipe diretiva tem seu papel fundamental na condução da prática educacional. A ela cabe promover a mobilização dos professores e funcionários e a constituição do grupo enquanto uma equipe que trabalhe cooperativa e eficientemente. (LUCE e MEDEIROS, 2006).

Uma das propostas para a escola pública brasileira é a gestão democrática escolar sob uma nova vertente da descentralização das atribuições de responsabilidades através dos programas educacionais, que possibilitam um progressivo grau de autonomia.

Um desses programas trata-se do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Uma particularidade da gestão financeira e do controle social é o desafio de compreender o mecanismo de financiamento com a participação da comunidade escolar.

A partir dessa abordagem, os sistemas de ensino têm destinados recursos para as escolas, em proporção ao número de alunos matriculados, a fim de que possam realizar despesas diversas. Pelo Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE) que é um programa criado pelo governo federal, pelo qual a escola pública com mais de 50 alunos e com uma Unidade Executora (UEX) como, por exemplo, Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, pode registrar-se para o repasse anual de recursos, cuja utilização deve ser feita de acordo com as decisões dos órgãos colegiados da escola.

Portanto, o diretor da escola assume a responsabilidades pela gestão de recursos financeiros de quantia incerta, de acordo com o número de seus alunos e as fontes de recursos disponíveis. Essa gestão é exercida com o apoio de uma estrutura colegiada, que se constitui em uma personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, formada por pais, professores, alunos e funcionários da escola. (LUCK, 2009).

Neste contexto, a presente pesquisa teve como questão problema: De que maneira os recursos utilizados com o Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE estão sendo postos em práticas em duas escolas públicas do Município de Belém-PB.

Os motivos que provocaram esse estudo se justificam pela curiosidade de como é organizada e direcionada as ações pedagógicas e seus desdobramentos na realidade escolar. Essas inquietações foram despertadas quando comecei a realizar os meus trabalhos de campo “estágio”, pois tinha interesse de como as escolas gerenciavam os seus recursos, se era o gestor juntamente com a equipe diretiva que organizava tudo desde a parti pedagógica como também a de infraestrutura, como era a atuação na prática.

Paulo Freire em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, fala o quanto é importante à curiosidade no cotidiano das pessoas, como em sala de aula. Não podemos absolver aquilo que nos é dito como uma verdade única, precisamos ir além, ser curioso mesmo nas nossas curiosidades.

O exercício da curiosidade convoca a imaginação a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da peritilização do objeto ou do objeto ou achado de sua razão de ser. Um ruído, por exemplo, pode provocar minha curiosidade. Observo o espaço onde parece que se está verificando. Aguço o ouvido. Procuo comparar com outro ruído cuja razão de ser já conheço. Investigo o espaço. Admito hipóteses várias em torno da possível origem do ruído. Elimino algumas até que chego a sua explicação. (FREIRE, 2007, p. 88).

A partir dessa experiência buscamos conhecer um pouco mais a respeito do tema, pois compreendemos que, educação é um processo humano de relacionamento interpessoal e, sobretudo, determinado pela atuação de pessoas. Isso porque são as pessoas que fazem diferença em educação, sejam elas pelas ações que promovem, pelas atitudes que assumem, pelo uso que fazem dos recursos disponíveis, pelo esforço que dedicam na produção e alcance de novos recursos e pelas estratégias que aplicam na resolução de problemas, no enfrentamento de desafios (LUCK, 2009).

Desta forma, devemos trazer à escola a voz de quem vem à escola, porque estes trazem para dentro dela um mundo rico em vivências e saberes, tornando a escola “como um espaço de ensino – aprendizagem será então um centro de debates de ideias,

soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência” (FREIRE, 2007, p. 16).

De acordo com (FREIRE,2007), pensando na necessária participação do povo na escola, em sua vivência pedagógica como gestor público, propõe uma trajetória conferindo um olhar dedicado, esperançoso, alicerçando os rumos para a educação popular democrática, impondo a razão primeira de pensar a escola na perspectiva de participação coletiva através dos conselhos escolares, porém advertindo não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, ameaças, repreensões e punições mas, “para participar coletivamente da construção de uma saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeitos de sua própria história” (FREIRE, 2007, p. 16).

Sendo assim a importância da participação da comunidade escolar nas decisões das atividades pedagógicas tem como mecanismos as discussões e deliberações realizadas nos seus órgãos colegiados Conselho Escolar e Unidade Executora, este último está vinculado ao Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE, que discute e define as ações pedagógicas e gestoras, tomando por base os recursos advindos do Fundo de Desenvolvimento para a Educação Básica- FUNDEB. Um programa federal que envia recursos diretamente para a escola, ampliando a autonomia do diretor e responsabilizando também os professores, pais e alunos, como atores que definem como o dinheiro será gasto em atendimento às necessidades da própria comunidade escolar.

A pesquisa tem como objetivo geral: Compreender como a escola discute e delibera sobre os recursos e qual a participação da comunidade escolar nas decisões do uso dos recursos do PDDE, pois como bem diz (LUCK,2009) zelar pelos bens da escola, fazer bom uso deles, contribuir para sua manutenção são elementos básicos da formação dos alunos, além de condição para a realização de processo pedagógico de qualidade.

A gestão financeira da escola se insere, portanto, a partir dos esforços pela democratização da educação e dos movimentos de descentralização da gestão e construção da autonomia da escola que “ ganhou uma expressão especial, favorecendo à escola a resolução de muitos de seus próprios problemas de consumo, manutenção e reparos, pelo repasse de recursos a ela feito”. (LUCK,2009, p.112).

Nessa direção foram pensados os seguintes objetivos específicos para o estudo: 1explicitar o PDDE como programa no âmbito da gestão escolar; 2identificar os mecanismos de participação da comunidade escolar na gestão dos recursos do PDDE;3apontar algumas ações na prática pedagógica que se articulam ao PDDE.

Metodologicamente, a investigação respaldou-se na pesquisa de campo que se caracteriza pela constituição de dados junto às pessoas, utilizando diversos tipos de técnicas e procedimentos (FONSECA, 2002, P.32). Na construção desse caminho, fizemos a revisão de literatura buscando uma interlocução com a realidade, para que pudéssemos aprimorar nosso olhar sobre o objeto de estudo. Pois “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, P.31).

A pesquisa teve uma abordagem de natureza qualitativa. Nessa abordagem, o pesquisador que se caracteriza segundo Prodanov (2013, p 70) pelo contato direto com o ambiente e o objeto de estudo, no qual as questões são estudadas no contexto sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Para a análise dos dados foi necessário utilizar entrevista que segundo (MICHEL, 2015) a entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Usou-se a entrevista padronizada ou estruturada que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, as perguntas feitas são pré-determinadas, permitindo a comparação das respostas com as gestoras das escolas pesquisadas e uma professora de uma das escolas.

Este trabalho monográfico está organizado em cinco partes: a primeira, está a introdução, na qual se apresenta uma panorâmica sobre o tema de pesquisa, a relevância da importância do PDDE no âmbito da gestão democrática e caminho metodológico; a segunda traz uma revisão teórica sobre o PDDE destacando questões que vão desde o surgimento até a forma como é organizado enquanto fonte de recursos; a terceira apresenta a caracterização do campo empírico, dos sujeitos colaboradores da pesquisa, dos métodos e técnicas de constituições dos dados, a entrevista, a quarta parte e a análise dos dados na qual damos voz aos sujeitos pesquisados e fazemos as nossas reflexões; a quinta trata da finalização do trabalho e as considerações finais sobre o que foi sistematizado no âmbito da gestão dos recursos do PDDE, e sua articulação com os

objetivos de pesquisa, destacando a importância da participação da comunidade nas ações pedagógicas do PDDE.

Entendemos que o programa PDDE foi criado para dar mais autonomia para as escolas, participação, transparência e descentralização, tudo isso é muito necessário, mas notamos que tem os seus pontos negativos que são eles: o valor inferior ao que a escola precisa, pois soma-se e destina-se um valor referente ao número de alunos do ano anterior, no caso se houver um aumento no número de alunos o valor será menor ainda, tem as questões das normas ao que o programa é destinado.

2 AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A política de financiamento da educação tem sua origem no contexto do neoliberalismo que se caracteriza pela redução de gastos públicos em contrapartida a produtividade e eficiência. Essa política, nos últimos, anos foi alvo de debates e estudos que sinalizavam uma proposição na democratização da gestão financeira, otimizando os gastos em educação. Para entendermos o processo de financiamento da educação é necessário conhecer como essa política vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas, com relação às fontes e aos recursos e as responsabilidades governamentais.(CABAL,2007).

A tessitura dessas ideias tem início na década de 70, com a reforma educacional que tinha como influência as orientações “internacionais que recomendava aos países endividados a diminuição dos gastos públicos em face do processo de descentralização educativa (CABAL,2007, pg.117). Neste contexto, as influências das agências financeiras internacionais eram dominantes na área do financiamento e no âmbito cultural, como o caso das novas tecnologias e os meios de informação e de comunicação. Também indicavam a descentralização, através da municipalização pela lei criada na ditadura militar (Lei nº 5.692/71) que agregava ações de descentralização administrativa por meio de projetos desenvolvidos por órgãos especiais, com certa autonomia política e financeira. Inspirando o I Plano Setorial da educação (1972-1975).

Esse modelo previa a formação em curto prazo, de gerentes eficientes e autônomos para a modernização dos diferentes setores sociais e econômicos.

Com a globalização da economia e a consolidação da política neoliberal defende-se a equalização dos processos educativos em todos os países da América Latina, adotando as estratégias de descentralização e desestruturação dos setores econômicos e de serviços estatais. O destaque dado à descentralização e ao financiamento da educação no Brasil começou a se configurar a partir da década de 1980, no âmbito da redemocratização da sociedade brasileira. (CABAL,2007).

Segundo (CABAL, 2007), neste contexto abre-se espaço para a participação dos cidadãos na vida em sociedade, aproveitando o contexto favorável que se encontravam para reivindicar melhores condições de organizações políticas na participação de ações intervencionista do Estado e mais recursos para a educação.

No início da década de 1990, (CABAL, 2007) pontua que o processo de descentralização e desconcentração no sistema educativo deveria ser constituído como respostas para resolver as insuficiências e os diversos problemas educacionais. Além disso, a gestão e o financiamento surgiram como temas proeminentes para a reforma educacional, que já existiam nos planos governamentais. Como solução para os problemas estruturas do Estado e para assegurar os objetivos das políticas sociais.

Certamente, a descentralização e a desconcentração constituem meios para obter resultados na área do político, do econômico, do técnico-pedagógico e do administrativo. Nas políticas de descentralização, segundo CABAL, 2007, P.178):

espera-se obter, no plano político, maior participação e mais democracia; no plano técnico-pedagógico, melhor qualidade; e no administrativo, maior eficiência nos processos educacionais. É na esfera econômica que se busca respaldo para as diretrizes políticas visando à descentralização financeira dos recursos para a área social, especificamente para a educação.

Com relação aos recursos para a educação através da aprovação da Constituição Federal de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) estabelecem as seguintes fontes de financiamento:

a) os impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como a receita proveniente da transferência que tenham como origem o recolhimento dos impostos; b) a Contribuição

Social do Salário Educação; c) outras Contribuições Sociais; d) receitas de incentivos fiscais. De todas as receitas citadas acima quem tem financiado a expansão da educação e a capacitação da educação pública no país nas três esferas de governos são o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e o Salário-Educação (CABAL, 2007, P.178).

Com a reforma da educação ocorrida na década de 90, na qual a gestão e o financiamento tomam rumos parecidos por meio da descentralização surgem programas propondo mudanças que favoreçam o desempenho de sistemas educacionais no que pertence à autonomia e ao financiamento. Com relação à gestão educacional, a proposta governamental era a indução da maior autonomia e descentralização.

Nessa direção destacam-se procedimentos de gestão financeira nos mecanismos mais rígidos de prestação de contas e de responsabilidade de gestores escolares. A distribuição dos recursos financeiros para as escolas é calculado pelo número de alunos, com a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola, em 1995, que consiste no repasse anual de recursos federais regidos pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

(LUCE e MEDEIROS,2006) destaca a importância desse programa na capacidade de induzir atribuições gerenciais no âmbito de cada escola, apesar da baixa disponibilidade dos recursos em face das demandas apresentadas. Esse programa, acompanhado dos critérios de distribuição dos recursos de transferências obrigatórias, constituem importantes dispositivos na regulamentação do sistema educacional brasileiro.

Ao mesmo tempo, apontam para a importância da criação ou consolidação de estratégias de gestão democrática dos recursos da área da educação. Tais estratégias podem contribuir tanto para a eficiência e a eficácia no uso dos recursos financeiros como, especialmente, “ para a transparência da gestão, a responsabilidade dos sujeitos envolvidos e o planejamento e desenvolvimento de ações mais relevantes, ou seja, enraizadas nas especificidades dos sistemas e redes de ensino e das escolas “ (LUCE e MEDEIROS, 2006.pg.109).

A descentralização da oferta, dos recursos, da gestão, dos mecanismos de decisão e de outros âmbitos faz parte da realidade educacional brasileira. Há modelos e práticas bastante diferenciados de gestão democrática e de controle público e social dos

recursos da área da educação. Muitos deles objetivam desencadear processos de descentralização democrática, de autonomia financeira e de participação de segmentos sociais ou de comunidades no planejamento, na execução ou no acompanhamento da gestão financeira de instituições escolares, ou seja, intenções de maior agilidade na aplicação dos recursos financeiros, orientações para o alargamento dos espaços democráticos, para a responsabilidade coletiva.

As principais fontes que financiam a educação pública brasileira são a receita de impostos vinculada à educação e o salário-educação. Portanto, por determinação da Constituição Federal, os Estados e Municípios devem aplicar, no mínimo, 25% e a União 18% de suas respectivas receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

As três esferas de governo no Brasil, União, Estados e Municípios possuem responsabilidade para com a garantia dos direitos da educação, devendo as mesmas atuarem em regime de colaboração, para um melhor esclarecimento (BRASIL,1996):

Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º. Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Para que se efetive a democratização do acesso e permanência da população na escola, assim como a oferta de condições para um ensino de qualidade é necessário cooperação e complementação por uma delimitação de prioridades de atuação que se reflete diretamente no financiamento: os municípios, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; os estados, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; a União tem a competência de atuar diretamente na educação escolar por meio da manutenção da Rede Pública Federal de Ensino e indiretamente, dando assistência técnica e financeira às Redes Estaduais e Municipais de Educação.

A legislação estabelece que os gastos efetuados com a receita de impostos vinculados à educação sejam exclusivos da manutenção e desenvolvimentos do ensino, ou seja, com projetos e ações que digam respeito à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais.

Outra fonte estável de financiamento da educação é o salário-educação que corresponde a uma contribuição social paga pelas empresas. O salário-educação é dividido por duas cotas. A cota federal que corresponde a quase 40% dos recursos arrecadados, gerenciado pelo Ministério da Educação e aplicado em programas, projetos e ações dos sistemas de ensino e das escolas estaduais e municipais. Do total arrecadado em cada estado, em torno de 60% retornam como “cota estadual e municipal”, dividindo-se os recursos entre o estado e seus municípios na proporção das matrículas no Ensino Fundamental. (LUCE e MEDEIROS,2006)

O repasse de recursos para a administração direta das escolas é prática que vem sendo implantada. É necessário ressaltar que a maior fatia dos gastos da educação corresponde a pagamento de pessoal, sendo este realizado por mantenedoras. Há também despesas que são realizadas diretamente pelas mantenedoras, tais como construção de escolas, dos serviços de transportes, ou seja, quando as escolas recebem repasses de recursos públicos, em geral, estes representam uma parte relativamente mínima dos custos da Rede Escolar.

Através do PDDE, as escolas municipais e estaduais podem receber, uma vez ao ano, recursos financeiros destinados a despesas de custeio e de capital. O dinheiro é disponibilizado em conta bancária da “Unidade Executora” da escola, uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha registro de “pessoa jurídica” associação de pais e mestres, caixa escolar ou conselho escolar.

Para (LUCE e MEDEIROS, 2006), o controle do uso dos recursos da educação é procedimento essencial para a gestão responsável pelos recursos. As administrações públicas (da União, de cada estado e de cada município) devem contar com sistemas internos de controle dos recursos financeiros. Contendo também o controle externo da educação orçamentaria, função do Poder Legislativo, com o auxílio dos tribunais de contas. Os órgãos encarregados da fiscalização dos recursos públicos devem dar prioridade à verificação do percentual de impostos gasto com educação.

Destaca ainda que há outros fóruns de controle da gestão financeira da educação que são os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais. Por serem integrados por representante dos governos e de entidades da sociedade civil e de segmentos da comunidade escolar, instituem uma nova instância de controle interno, mas que conta

com o controle externo direto, potencializando a fiscalização da correta aplicação dos recursos.

Acrescenta ainda o referido autor, que os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de educação também são instâncias potencialmente competentes para o exercício deste controle, o que depende, entretanto, da legislação e das normas dos entes federados, assim como das práticas culturais locais e organizacionais.

No espaço dos estabelecimentos de ensino, as tarefas de controle exercidas pelo Poder Público quando há repasse de recursos para a administração direta das escolas; nesse caso, os órgãos executivos (Ministérios ou Secretárias de Educação e Fazenda) e os tribunais de contas (da União, de Estados e Municípios) têm a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a aplicação do dinheiro na escola. As administrações centrais dos sistemas de ensino assumem, ou podem assumir, nessa prática de descentralização, atividades de acompanhamento constantes e de orientação às escolas, suporte esse, indispensável para o uso correto dos recursos públicos repassados. (BRASIL,2006).

A orientação e fiscalização externa à escola complementam-se com mecanismo de participação das comunidades escolares nas decisões sobre a aplicação dos recursos e no controle social dessa aplicação. Nessa perspectiva, pode-se realçar o papel de órgãos colegiados, como o Conselho Escolar. A prestação de contas às comunidades escolares, através da exposição em reuniões, murais, jornais da escola, agendas escolares, etc. Também pode ser destacada como prática de informação que viabiliza o acompanhamento da gestão financeira por parte de pais de alunos, docentes e demais profissionais.

A descentralização da gestão financeira da educação pode ser entendida como a transparência e ampliação de competências e responsabilidades de planejamento, gestão e controle do uso de recursos financeiros da educação. (PARO,2016). O controle social exige capacitação, para que os sujeitos possam exercer de forma qualificada as tarefas de planejar, acompanhar e avaliar a gestão financeira. Demanda a responsabilidade individual e coletiva para com o uso de recursos destinados que se destinam a oferta de um bem público. Sendo assim, a participação em conselhos é considerada ações de cidadania, de interesses coletivos. A vigilância destes recursos públicos se destina ao cumprimento dos deveres do Poder Público e das escolas para com a educação escolar.

Dirigentes e educadores avaliam positivamente os repasses de recursos financeiros às escolas, permitindo o atendimento de prioridades das necessidades discutidas em conjunto, porém apontam a insuficiência dos valores de repasse, muito aquém das necessidades escolares. Sem dúvida, a insuficiência de recursos a serem geridos pelas escolas delimitam os passos que podem ser dados. Em contrapartida, os avanços serão maiores com a responsabilidade das comunidades escolares na gestão financeira. (LUCK,2009).

Através da descentralização da gestão financeira da educação, apresentamos como exemplo o programa do governo federal que repassa verbas para as escolas, sendo um dos mais importantes o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). “O programa visa à descentralização da gestão, do financiamento do ensino com o aumento da autonomia pedagógica, sem a intermediação do estado e/ou municípios para definição e execução das despesas nas escolas”. (PINHEIROS, 2012, P.23). Um processo de construção democrática que tem resultados evidentes na qualidade do ensino e na educação de toda a comunidade para a convivência e as decisões coletivas.

A partir do que foi explanado podemos perceber que a descentralização da educação aconteceu quando os recursos destinados a ela começaram a ser repassado diretamente para as escolas, as tomando mais autônomas e os membros da instituição podendo participar das decisões. Entretanto por mais que tenha acontecido essa repartição, por exemplo, quando uma pessoa ou um grupo tinha um poder total e absoluto, e depois é repartido este poder com outras pessoas ou outros grupos, mas temos que entender que nem sempre essa democratização total ocorre.

2.1 O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Descentralização, Gestão e Fiscalização de Recursos Públicos.

O PDDE surgiu a partir de 1995, com a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). A partir da medida provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, o PMDE passou a ser intitulado “Programa Dinheiro Direto na Escola” (PDDE). Sua criação se baseia na política de descentralização dos recursos da educação que propicia às escolas o recebimento, a gestão e a fiscalização de recursos públicos.(BRASIL,2006).

O PDDE consiste no repasse anual de recursos às escolas públicas estaduais, municipais e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Para serem beneficiárias do PDDE, as escolas públicas ou privadas sem fins lucrativos devem estar recenseadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e em funcionamento regular.(BRASIL,2006).

O PDDE tem por objetivo prover, de forma suplementar, as escolas com recursos financeiros visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica de modo a “contribui para a elevação da qualidade da educação básica, tornando sua oferta equitativa; reforçar a autonomia gerencial e a participação de alunos, pais, professores gestores e demais servidores da educação”. (BRASIL, 2006. p.26). Porém, para ter os recursos, é fundamental que as escolas a serem beneficiadas tenham Unidade Executora (EUx), que são as entidades, instituições ou órgãos responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (BRASIL,2006).

Os recursos do PDDE são repassados por meio de conta bancária. Porém, em se tratando de recursos públicos, não pode ser utilizada uma conta bancária qualquer. Ela deve ser específica para fins de recebimentos desses recursos. Uma conta corrente aberta pelo FNDE, não em nome da escola, mas em nome da Unidade Executora da escola beneficiada. Como as escolas públicas beneficiadas pelo PDDE não são entidades com personalidades jurídicas capaz de reunir os elementos exigidos pelo Banco Central para possuir, em nome próprio, a conta corrente onde serão depositados os recursos. Por isso, o FNDE encontrou como alternativa técnica criar a figura da Unidade Executora.

Para se criar uma Unidade Executora é necessário que o gestor da escola convoque uma assembleia geral com professores, pais, funcionários e demais pessoas da comunidade para decidir sobre os assuntos que dizem respeito à criação da UEx. Ao final da reunião deve ser lavrada a ata dos trabalhos da assembleia que deverá ser assinada por todos os participantes da assembleia, inclusive o gestor da escola. Para a adesão e abertura da conta corrente, o diretor da escola encaminha o registro da UEx, junto com a ata da assembleia de constituição da UEx e o seu estatuto à Delegacia da Receita Federal no Estado, para inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica (CNPJ). No momento da realização da adesão, os dados da UEx são informados ao FNDE, que providenciará a abertura da conta bancária da unidade executora.

Toda comunidade escolar pode constituir sua unidade executora e isso independentemente do número de alunos atendidos. A diferença é que a Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, definiu, em seu artigo 6º, que para as escolas públicas com mais de 50 (cinquenta) alunos matriculados na educação, para serem beneficiados com recursos do PDDE, deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas Unidades Executoras próprias (UEx). Não há obrigatoriedade para as escolas com até 50 alunos matriculados fundar UEx para participar do programa. Da mesma forma, não há nenhum impedimento para essas escolas receberem os recursos do PDDE por meio da Unidade Executoras. Basta que elas criem suas UEx, no momento da adesão, informem ao FNDE. É provável que as comunidades escolares que ainda não aderiram ao programa ou que não estão conseguindo prestar contas estejam encontrando problemas, seja no sentido do desconhecimento acerca do programa ou na fiscalização e controle social dos recursos repassados.

Para que uma escola receba os recursos do programa são necessários procedimentos simples são os processos de adesão e de habilitação para o recebimento dos recursos do PDDE.

A adesão consiste na manifestação de interesse da Unidade Executora (UEx), da Prefeitura Municipal, da Secretaria Estadual e Distrital de Educação, as Entidades Executoras (EEx) e da Entidade Mantenedora (EM) de participar do PDDE, mediante o envio, ao FNDE, de dados e informações visando à atualização do banco de dados da autarquia. Porque a cada ano é preciso renovar a adesão, as informações e os dados apresentados pelas entidades, prefeituras, Secretaria da Educação e Unidades Executoras são alterados constantemente e, com isso, devem ser atualizadas, informar ao FNDE, se houve mudanças dos gestores dos órgãos públicos.

Para aderirem ao programa, a Prefeitura Municipal ou Secretaria Estadual ou Distrital de Educação, deve encaminhar ao FNDE, os seguintes formulários (BRASIL, 2006, p.32). “cadastro de Unidade Executora, conhecido também como Anexo I-A; e cadastro do órgão/ entidade e do dirigente-Anexo I”. O encaminhamento ao FNDE pode ser feito por meio de formulários expedidos pelos Correios ou pela internet.

Apesar da adesão ao PDDE ser realizada pelas prefeituras municipais e secretárias de educação dos estados ou do Distrito Federal, a comunidade escolar tem que ficar atenta, pois muitas escolas ficam fora do programa porque alguns desses órgãos públicos não promovem a atualização dos dados cadastrais e não enviam os documentos e informações necessárias ao FNDE (BRASIL,2006).

A habilitação corresponde à análise e à aprovação dos dados e informações enviados ao FNDE, inclusive da prestação de contas de recursos recebidos, com base nas diretrizes e nos critérios que disciplinam os repasses financeiros do programa.

Para entender como funciona o PDDE, é necessário saber os tipos de recurso que são destinados, para melhoria física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiados. Os recursos utilizados são dois tipos: os recursos de custeios e os recursos de capital destinados a cobrir despesas com material permanente.

Para melhor esclarecimento DOURADO (2006,p.65) traz:

Os recursos podem ser utilizados para as seguintes finalidades: aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.

Para as escolas receberem o valor de custeio e de capital, é necessário que na hora do preenchimento cadastral a escola informe o percentual de recursos de custeio e de capital que deseja receber no ano seguinte, entretanto se a escola não informar ao FNDE quanto quer receber de custeio e quanto que receber de recursos de capital o FNDE irá repassar o valor que será devido ao estabelecimento 80% em custeio e 20% em capital.

Em que é permitido investir os recursos do PDDE de custeio e capital (BRASIL, 2006, p.42):

- :: materiais didáticos e de expediente: jogos pedagógicos, blocos lógicos, papel, cartolina, giz, fita de vídeo virgem, entre outros;
- :: materiais de limpeza e de manutenção da rede física, como: tinta de parede, material para manutenção e reparo das instalações elétrica, hidráulica ou sanitária (fios, tomadas interruptores, canos, conexões e outros);
- :: contratação de serviços para pintura do prédio, reparos das instalações elétrica, hidráulica ou sanitária, reparo de equipamentos e

outros serviços, desde que não sejam contratados, para os fins aqui especificados, servidores ativos das administrações públicas municipal, estadual, distrital ou federal.

:: aquisição de bebedouro, fogão, armário, ventilador, geladeira, mesa, cadeira e outros;

:: equipamento de informática, retroprojeter, projetor de slides, mimeógrafo e outros.

Como foi visto acima, são muitas as opções para a utilização dos recursos do PDDE. Contudo, ainda é maior o conjunto de necessidades da escola. Assim, no sentido de definir as prioridades a ser atendidas com os recursos do PDDE, a escola deve estimular a participação da comunidade no planejamento de como e em que investir a verba do programa. Convocar a comunidade para definir as prioridades da escola, verificar se as prioridades selecionadas estão de acordo com os objetivos do programa, examinar se os recursos necessários são de custeio ou de capital.

Porém o Programa PDDE têm suas normas que cada escola beneficiada deverá segui-las para investir o recurso, então não poderá usar o dinheiro em bens ou material que não esteja nas regras do programa como em (BRASIL,2006, P. 43):

:: compra de bens e contratação de serviços que resultem em benefícios individuais e não atendam ao interesse coletivo. Dessa forma, não é permitida, inclusive, a aquisição de materiais para a distribuição e doação aos alunos, como: uniforme, caderno, lápis, borracha e outros (exceto quando utilizados em atividades pedagógicas e como material de expediente);

:: festividades e comemorações (coquetéis, recepções, premiações);

:: pagamento de contas de água, energia elétrica, telefone e taxas de qualquer natureza;

:: aquisição de combustíveis, de peças e materiais para manutenção de veículo e transporte para o desenvolvimento de ações administrativas;

:: aquisição de livros didáticos e de literatura distribuídos pelo FNDE por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE);

:: aquisição de gêneros alimentícios;

:: pagamento de salários e contribuições sociais.

O repasse dos recursos do PDDE, o FNDE conta com critérios fundamentados na legislação brasileira e nas políticas públicas, o valor que cada escola recebe é calculado com base na quantidade de alunos, determinada pelo censo escolar, na legislação geográfica do estabelecimento de ensino. Nas regiões brasileiras nas quais foram constatados maiores desníveis sócio educacionais, as unidades educacionais receberão um valor maior em relação às demais regiões do país. Esse critério foi

adotado pelo FNDE porque “o dinheiro do PDDE destinado às escolas públicas é originário da contribuição social do salário-educação. Os critérios e a forma de cálculo são estabelecidos por resoluções do conselho deliberativo do FNDE”. (BRASIL, 2006, p.46).

A prestação de contas do PDDE é obrigatória porque como envolve recursos públicos toda comunidade que utiliza esse tipo de recursos tem de prestar contas, para que a comunidade escolar possa coordenar por meio de princípios democráticos e participativos. É importante essa participação não só no momento da prestação de contas, mas em todo o processo de tomada de decisões e de gestão desses recursos.

É importante a comunidade local saber que o processo de execução do PDDE é feito em regime de parceria, pois são muitas as UEx, EEx e EM distribuídas por todo o território nacional. Seria extremamente complicado se todos os órgãos e entidades enviassem suas prestações de contas diretamente para o FNDE. Por isso, para racionalizar o processo de prestação de contas, o encaminhamento funciona da seguinte forma (BRASIL, 2006, p.65):

:: as unidades executoras (UEx) enviam as prestações de contas para as prefeituras municipais ou para a secretaria estadual ou distrital de educação, conforme a vinculação da escola beneficiária, mediante preenchimento dos formulários: i) demonstrativo da execução da receita e da despesa e de pagamentos efetuados; e ii) bens adquiridos ou produzidos;

:: quando as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distrital de educação recebem recursos para as escolas que não possuem UEx, são elas quem elaboram a prestação de contas relativa a essas escolas, mediante preenchimento também do formulário demonstrativo da execução da receita e da despesa e de pagamentos efetuados;

:: as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distrital de educação consolidam, no formulário demonstrativo consolidado da execução físico-financeira das Unidades Executoras, as prestações de contas recebidas das UEx das suas respectivas redes de ensino e, juntamente com o formulário demonstrativo da execução da receita e da despesa e de pagamentos efetuados de suas escolas sem UEx, as encaminham ao FNDE.

As prestações de contas do PDDE devem dar entrada no FNDE até a data do ano subsequente ao exercício que deu origem ao repasse dos recursos, regulamentado por resolução do Conselho Deliberativo do FNDE (CD/FNDE). A falta da apresentação da prestação de contas ou de ajustes de incorreções leva a suspensão do repasse de recursos do PDDE e a responsabilização do gestor, mediante instauração de tomadas de contas especial, com a finalidade de ressarcimento dos recursos.

Assim como pode acontecer se a escola não utiliza todo ou parte do recurso repassado pelo Programa, podem ocorrer duas situações: o primeiro, a reprogramação de saldo. Nesse caso, o dinheiro pode ser usado no exercício seguinte. A reprogramação de saldo é o simples ato de registrar esse saldo, na prestação de contas enviada ao FNDE. O segundo, a devolução de saldos que resulta na devolução de recursos do PDDE ao FNDE. (BRASIL,2006).

Para criar na comunidade a cultura da participação e da informação, os gestores dos recursos devem começar a prestação de contas nas comunidades escolar e local, divulgando em reuniões e afixando nos murais da escola a lista de prioridades eleitas, o valor dos recursos recebidos, planilhas que contabilizem os bens adquiridos e os serviços contratados, os saldos bancários, além de outras informações que julgarem necessárias. Essa forma de prestação de contas confere visibilidade e transparência para a comunidade das ações realizadas com recursos públicos repassados pelo PDDE e possibilita o controle social e o exercício da cidadania.

Na perspectiva da política atual, o PDDE permite à descentralização dos recursos públicos destinados à educação, ou seja, a gestão e fiscalização desses recursos passam a ser atribuição das comunidades escolar e local, por meio do controle social.

Em vista disso, compete ao diretor conhecer a legislação nacional, a estadual e as normatizações do sistema ou rede de ensino a que pertença. Cabe aqui destacar a determinação da Lei 8.666/93, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública. Segundo essa Lei, as compras efetuadas por instituições públicas devem respeitar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade (LUCK, 2009). Isto é, devem ser feitas segundo as normas legais, ser destinadas à finalidade de interesse público que se contraponha a qualquer interesse particular, obedecer aos critérios éticos, ser divulgadas e zelar pelo bom uso dos recursos públicos.

Para (LUCK, 2009) muitos diretores dedicam a maior parte do seu tempo às questões administrativas da escola e deixam de dedicar atenção às pedagógicas. No entanto, ao assumirem as ações de gestão administrativa, muitas vezes as faz desconsiderando os princípios da administração, perdendo efetividade. Ao diretor escolar compete atender às necessidades administrativas da escola segundo os princípios da administração racional, com as perspectivas e a visão de apoio à promoção de ensino de qualidade facilitador e estimulador da aprendizagem dos alunos.

Se o princípio da administração ou gestão é a coerência entre meios e fins, a forma da gestão da instituição escolar não deve divergir das finalidades estabelecidas. Isso significa que se a escola é o espaço privilegiado de formação humana e socialização do saber sistematizado e que a construção desse saber pressupõe a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, como condição básica para que a formação se concretize, a gestão dessa instituição precisa ser transparente, contando com a participação de todos. (DOURADO, 2006).

Para que esse processo seja consolidado, é fundamental que sejam criados mecanismos de participação tornando a gestão mais democrática, que as prioridades sejam estabelecidas pelo conjunto daqueles que participam direta e indiretamente da comunidade local e escolar e que as ações sejam planejadas coletivamente. Isso quer dizer que o coletivo da escola deve participar da definição das prioridades, dos objetivos e de como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para se alcançar esses objetivos, como e onde as verbas recebidas pela escola serão aplicadas.

Para Dourado (2006), é necessário que esse processo se efetive, que o estabelecimento das prioridades e o planejamento das ações contem com a participação do público interessado nos seus resultados. No caso da escola, esse público é formado por professores e demais servidores administrativos, equipe gestora, estudantes, pais e comunidade em geral, os quais são representantes diretos dos interesses da instituição.

3 CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO – DIALOGANDO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA E PEDAGÓGICA DA ESCOLA.

3.1 Caracterização do objeto da pesquisa

Para fazer esta pesquisa, escolhemos duas escolas do município de Belém – PB, escolas públicas que trabalham com a Educação Infantil e do Fundamental I são instituições que se localizam nas proximidades do centro da cidade, em que acolhem os alunos das áreas periféricas e do centro. No entanto o público alvo dessas instituições são os das áreas periféricas, pois o município disponibiliza transporte para a locomoção deles.

Não serão divulgados os nomes das instituições por achamos que não é necessário, pois como o tema, o problema e o objetivo não têm exigência para serem divulgadas os seus nomes reais, usaremos fictícios.

Para a escola 1 usaremos o nome fictícios de “Arco-Íris” e a escola 2 “Aquarela”.

A decisão de centrar a investigação nestas instituições consiste na facilidade de acesso à escola por parte do pesquisador que influenciou na decisão.

Com relação as suas estruturas, a escola 1 “Arco-Íris” é composta por 09 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 biblioteca, 01 secretaria, 01 diretoria, 01 cozinha, 01 pátio coberto, 02 banheiros, 01 sala multifuncional. Ofertando a educação nas modalidades: educação infantil; ensino fundamental de tempo integral; e a escola 2 “Aquarela” e composta por 04 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 cozinha, 02 banheiros, 01 diretoria, 01 pátio coberto. Ofertando a educação nas modalidades: educação infantil; ensino fundamental I regular, Educação de jovens e adultos (EJA).

O quadro dos funcionários da escola 1 “Arco-Íris” é composto por uma Gestora Escolar, uma Adjunta e duas Coordenadora Pedagógica, Professores/as, os quais, em sua maioria, possuem graduação ou estão cursando, alguns possuem especialização e poucos com apenas o magistério. Compõem ainda a escola auxiliares de secretaria, merendeiras, vigilantes e auxiliares de serviços gerais. Os turnos de funcionamento estão divididos em matutino, vespertino abrangendo o total de 200 alunos/as matriculados/as.

O quadro dos funcionários da escola 2 “Aquarela” é composto por uma Gestora Escolar, uma Adjunta e uma Coordenadora Pedagógica, Professores/as, os quais, em sua maioria, possuem graduação ou estão cursando, alguns possuem especialização e poucos com apenas o magistério. Compõem ainda a escola auxiliares de secretaria, merendeiras, vigilantes e auxiliares de serviços gerais. Os turnos de funcionamento estão divididos em matutino, vespertino e noturno abrangendo o total de 170 alunos/as matriculados/as.

Os recursos financeiros que estão disponíveis nestas instituições atualmente são os recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

3.1.1 Sujeitos da pesquisa

Para a realização dessa pesquisa foram escolhidas as gestoras das instituições pesquisadas e uma professora da escola 1 “Arco-Íris”. A escolha dos sujeitos se deu pelo critério de quem faziam parte do conselho escolar. A gestora da escola 1 “Arco-Íris”, lecionou a 12 anos e a 6 anos e gestora desta instituição, com formação em Pedagogia, a gestora da escola 2 “Aquarela” lecionou a 8 anos e a 2 anos e gestora desta instituição, com formação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia e a professora leciona a 7 anos, com graduação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia.

3.1.2 Tipo de pesquisa

A metodologia pautou-se por uma abordagem qualitativa, pois de acordo com (MICHEL, 2015) a pesquisa qualitativa carece de que os fenômenos sociais sejam interpretados à luz do contexto do tempo, dos fatos e análise de todas as interferências. O ambiente da vida real é a fonte direta para obtenção dos dados e a capacidade do pesquisador de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teoria existente é fundamental para dar significado às respostas. Este tipo de pesquisa de acordo com (MICHEL, 2015) se propõe a colher e analisar dados descritivos, obtidos diretamente da situação estudada.

Considerando as especificidades do nosso objeto de estudo, a pesquisa desenvolvida neste trabalho é de caráter descritivo e explicativo. Segundo (PRODANOV, 2013), a pesquisa descritiva pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. E a pesquisa explicativa analisa os fenômenos estudados buscando identificar as suas causas através da interpretação possibilitada pela abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007). Nesse sentido, uma pesquisa explicativa pode ser continuação de outra descritiva, tendo em vista que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado (PRODANOV, 2013). Portanto, o aspecto descritivo explicativo na

investigação qualitativa, possibilita descrever detalhadamente o fenômeno estudado e ainda procurar identificar e analisar as suas causas.

A pesquisa inclui também levantamento bibliográfico realizado através de livros e pesquisas em internet. (SEVERINO, 2007), afirma que a pesquisa bibliográfica dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção da fundamentação, da justificativa, da introdução.

3.1.3 Instrumentos da pesquisa

Utilizamos como instrumento da pesquisa a entrevista que segundo (MICHEL, 2015) é o momento de coletar opiniões, sentimentos, clima, informações que irão ajudar na análise dos objetivos. A entrevista representa uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto.

Para um bom resultado com relação à entrevista foi feito um “Pré- teste” com uma profissional que tem o conhecimento do assunto abordado, no caso uma professora, que nós ajudou a saber se as perguntas estavam adequadas para serem realizadas. Que segundo (DENCKER, 2000) sugere que a entrevista seja feita primeiramente com outra pessoa, no intento de detectar o posicionamento crítico desse (a) entrevistado (a) acerca dos pontos abordados, haja vista que sugestões de melhorias são sempre bem-vindas.

A entrevista foi constituída de perguntas estruturadas definidas, realizadas com as gestoras das escolas pesquisadas 1 “Arco-Íris”, 2 “aquarela” e uma professora da escola 1 “Arco-Íris” que é a presidente do conselho escolar. Os sujeitos da pesquisa serão cognominados por pseudônimos para não serem expostos. Como as escolas já tem o seu anonimato as gestoras serão identificadas pelos nomes já citados das instituições, no entanto a professora da escola 1 “Arco-Íris” terá o nome “Ana”. Foi utilizado gravação de áudio para as repostas das entrevistadas. Obviamente houve autorização para as gravações de áudio.

Para um melhor esclarecimento iremos demonstrar por meio de um quadro comparativo com a lista de todas as perguntas efetuadas (1 coluna); objetivos das perguntas (2 coluna) e referencial (3 coluna).

Quadro comparativo

PERGUNTAS	OBJETIVOS DAS PERGUNTAS	REFERENCIAL
O que é o PDDE para você?	Explicitar o PDDE como programa no âmbito da gestão escolar.	BRASIL,2006;
De que maneira os recursos utilizados com o programa PDDE estão sendo postos em prática?	Apontar algumas ações na prática pedagógica que se articulam ao PDDE.	BRASIL,2006; LUCK,2009.
Como a comunidade escolar participa das decisões dos recursos que são previstos com o PDDE?	Identificar os mecanismos de participação da comunidade escolar na gestão dos recursos do PDDE.	PARO,2016; LUCK,2009.
De que maneira os gestores tornam eficientes à aplicação das ações referentes aos recursos do programa PDDE?	Informar as ações que o gestor planejou para a realização das ações pedagógicas.	SANTOS,SILVA,SILVA,2018; LUCK,2009.
Como acontece a averiguação de como os gestores estão empregando o dinheiro do PDDE?	Analisar como acontece a fiscalização referente aos gastos financeiros da escola.	FRANÇA,2005; PARO,2016
O que você identifica como limitação que o PDDE acarretou para a escola?	Identificar as limitações que o programa trouxe para a escola.	CARDOSO,2009.
Como o PDDE é um programa federal que disponibiliza dinheiro diretamente para a escola, você considera que a partir desse	Analisar a autonomia das escolas com o programa PDDE.	CARDOSO,2009;LUCK,2009; LUCE,MEDEIROS,2006;MOREIRA, 2012.

momento a escola se tornou mais autônoma tanto financeiramente como na gestão já que os recursos são utilizados de acordo com as necessidades físicas e pedagógicas?		
--	--	--

4 DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS DA REALIDADE

A análise dos dados foi desenvolvida com base na análise de conteúdo que para (MICHEL,2015) é uma técnica de levantamentos de dados que utiliza textos, falas, informações já coletadas, de forma extensiva, ou seja, é uma análise feita posteriori à coleta. Descreve tendências, compara, critica e mede clareza de mensagens, meios e padrões de comunicação, identifica estilos e intenções de comunicadores, ideologias dos dispositivos legais e pode ser aplicada até em entrevistas.

Inicialmente perguntamos aos sujeitos pesquisados sobre o que é o PDDE para você. Os sujeitos entrevistados responderam:

A escola 1“Arco-Íris- Uma ajuda financeira as escolas públicas da educação.

A escola 2 “aquarela” - É uma forma que o governo federal pensou para as escolas elas terem autonomia, nessa questão financeira, mas assim tudo tem os positivos e os negativos, ele pensou entre aspas nessa autonomia financeira, de ser direto para a escola, de dar autonomia as escolas.

“Ana” - PDDE e um programa do governo federal que manda um recurso financeiro para uma conta da escola e que o conselho e responsável por tomar as decisões de como esse recurso e gasto na escola.

A partir das respostas podemos perceber que ambos os sujeitos têm conhecimento do assunto abordado, pois como foi dito o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um programa do governo federal que foi implantado em 1995, pelo

Ministério da Educação (MEC) e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (BRASIL, 2006, p.05).

O PDDE tem por finalidade prover as escolas com recursos financeiros destinados à cobertura de despesas de custeio, de manutenção e de pequenos investimentos, de forma a contribuir, supletivamente, para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das instituições de ensino. Com esta iniciativa, procura-se assegurar as condições indispensáveis ao seu bom funcionamento e reforçar a participação social, a autogestão escolar, o controle e o acompanhamento do emprego dos recursos públicos voltados à educação. (BRASIL, 2006, p.06).

Em seguida perguntamos de que maneira os recursos utilizados com o programa PDDE estão sendo postos em práticas? Responderam:

A escola 1 “Arco-Íris- De maneira simplificada, com a prestação de contas demonstrando o que foi feito com os recursos públicos que foram transferidos para escola.

A escola 2 “aquarela” - Essa maneira e prioriza as necessidades que a escola tem, tanto na questão estrutural como pedagógica, porque essa é a finalidade, eles fazem o repasse dividido em custeio e capital para ser usado nisso no pedagógico e no estrutural, o custeio vai para despejas de material de expediente de serviço papel , lápis, e o capital fica para as despesas da aquisição de material permanente que fica como patrimônio na escola como fogão , geladeira.

“Ana” - Na escola os recursos estão sendo utilizados na melhor forma possível porque esses recursos eles têm normas então há um capital que deve ser gasto com recursos pedagógicos e outros recursos de manutenção da escola.

Percebemos que as repostas da escola 2 “aquarela” e da “Ana” são semelhantes, pois as suas falas são mais espontâneas, nelas estão explicando como os recursos são destinados para as categorias de custeio ou capital, para a escola se beneficiar com os recursos do PDDE ela depender do número de alunos do ano anterior para conseguir o benefício do dinheiro, que no entanto, devem ser empregados nas seguintes finalidades: aquisição de material permanente, quando forem repassados recursos de capital; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem;

implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais. (BRASIL, 2006, p.06).

No entanto, a fala da escola 1 “Arco-Íris se mostrou uma resposta mais “memorizada” não houve uma explicação definida como das outras entrevistadas. A fala diz que é na prestação de contas que acontece a demonstração do que foi feito com os recursos financeiros da escola, portanto não esclareceu em que foi gasto o dinheiro do capital e o do custeio.

Entendemos que o coletivo da escola deve participar da definição das prioridades, dos objetivos e de como eles serão atingidos. Como temos o recurso disponível do PDDE, devemos organizar e destacar as prioridades e os recursos disponíveis para se alcançar os objetivos propostos, como e onde as verbas recebidas para a escola serão aplicadas. Como o programa envia recursos diretamente para a escola, a autonomia do diretor é ampliada. E a responsabilidade também, já que é ele, junto com professores, pais e alunos, quem define como o dinheiro será gasto.

Para um melhor esclarecimento dessa questão (LUCK, 2009), destaca a importância da escola democrática, em que os seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de educação para todos. Que a participação coletiva se constitui em uma expressão de democracia. Pode se definir, portanto, em uma gestão democrática, como sendo um processo de tomada de decisão coletiva, que há uma construção coletiva em prol de melhorias da instituição.

A partir dessas indagações que perguntamos para as entrevistadas como a comunidade escolar participa das decisões dos recursos que são previstos com o Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE? Tivemos como respostas:

A escola 1 “Arco-Íris- Através de reuniões onde discutimos com os participantes do conselho escolar para decidir como serão utilizados os recursos disponíveis.

A escola 2 “aquarela” - A maneira mais viável e os encontros às reuniões, onde a cada dois meses é feita reunião com todo o conselho, tendo como objetivo traçar metas ver o que está se precisando, qual e a prioridade para montar um plano pra quando chegar a primeira parcela ver onde vai ser aplicado, depois a segunda parte , por isso que muitas vezes os gestores acabam tendo dificuldade eles idealizam uma coisa e não pode fazer muita coisa, por isso que essa autonomia e controvérsia.

“Ana” - A escola participa de que forma primeiramente quando se há uma eleição para o conselho que a presidente eleita e uma professora concursada em que ela assina e libera esses recursos e também acompanha junto com a gestão, a gestão só gasta esse recurso a partir do momento que a presidente libera e concorda como também nas reuniões a gestão pergunta o que é mais necessário para a escola e nós funcionários vamos dizendo a ela.

Entendemos que as respostas foram respondidas de acordo com o que foi questionado, pois todas as entrevistadas explicaram que os recursos são gastos a partir do que a instituição está necessitando, o gestor não pode utilizar o recurso do PDDE sem a comunidade escolar estiver de acordo das decisões.

Até porque como diz (PARO, 2016) no princípio da gestão democrática, para que a autonomia se efetive, seria necessário que o professor, o responsável, a comunidade, o aluno, fossem sujeitos ativos nas decisões tomadas pela escola, inclusive na elaboração do projeto político- pedagógico. Portanto, criar espaços de vivência da democracia é condição necessária para a construção de uma escola democrática.

No entanto, apesar do que foi exposto acima que há espaços para a comunidade escolar participar das decisões, de modo a poder receber e gerir os recursos financeiros que lhe são destinados. Para (LUCK, 2009) tem se verificado que o seu funcionamento nem sempre é participativo em seu sentido pleno. Isso ocorre quando as decisões são tomadas pela direção da escola e os pais são envolvidos se envolvem, sobretudo, em dar aval às decisões tomadas e assinar as prestações de contas e conferi-las. Nesse caso, perde-se o espírito de gestão democrática e colegiada, que se pressupõe participativa em todos os momentos.

Dessa forma cabe destacar que a participação nesses órgãos colegiados implica no poder real dos participantes da comunidade escolar de tomar parte ativa na gestão da escola e na promoção de seus processos educacionais indo muito além dos aspectos relacionados à questão financeira.

Em seguida perguntamos de que maneira os gestores tornam eficientes à aplicação das ações referentes aos recursos do Programa PDDE? Foram respondidos da seguinte forma:

A escola 1 “Arco-Íris- Planejando junto ao conselho a execução da verba tornando uma coisa democrática, transparente e eficiente, disponibilizando sempre acesso à prestação de contas e especificando a utilização do recurso.

A escola 2 “aquarela” – Primeiro ele prioriza tem que ter prioridade nas necessidades, diante daquela realidade porque as vezes a gente pensa uma coisa , mas na verdade não é aquilo que a gente tá pensando, então para ele gestor tornar eficiente esse dinheiro ele tem que ouvir muito, por que assim como o conselho não e formado só pelo presidente ou pela gestão que ele já e nato, ele tem que ouvir todos os outros membros , os professores, os pais que também estão inseridos, um representante de aluno se tiver , então assim ouvir a comunidade , se ele for só pro ele enquanto gestor, se não for democrático de verdade , não vai haver essa efetuação positiva, será só um dinheiro gasto, que não vai ter muita serventia, por exemplo se eu tenho papel suficiente por que que vou comprar mais agora então vamos dar prioridade a outra coisa o que e que tá faltando e pincel e tinta, ele tem que ouvir , se não , não e eficaz.

“Ana” - O recurso ele e gasto de maneira que a gestão buscar ouvir os funcionários e saber o que mais necessários e assim ela elenca o que e mais necessário para o funcionamento da escola como recursos pedagógicos como manutenção de limpeza da escola e recursos tecnológicos de maquinas que precisam ser compradas como ventiladores, liquidificador. Ou outras que precisam ser trocadas.

A partir do que foi explanado percebemos a importância do gestor escolar, na sua competência em liderar e compartilhar liderança, orientada por uma visão de conjunto do trabalho educacional e do funcionamento da escola no enfrentamento de seus desafios. Tratando assim um poder que pode ser tido como uma orientação ou uma contribuição para melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e formação dos alunos, com a participação dos pais, da comunidade interna e externa da escola.

No sentido de como deve ser gerido o valor recebido pelo Programa, tem-se que este se classifica em recursos de custeio (aquisição de materiais de consumo, desenvolvimento de atividades pedagógicas, etc.) e recursos de capital (aquisição de material permanente), os quais devem ser empregados em ações das finalidades centrais do Programa. (SANTOS; SILVA; SILVA, 2018, p. 06)

Para (LUCK, 2009) a integração com a comunidade e com os pais tem sido identificado como um fator importantíssimo para o bom funcionamento da escola e a qualidade de seu processo educacional. Essa integração pode ser realizada de forma sistemática e organizada, a fim de promover resultados mais substanciais. Sendo assim, entendemos que uma parceria consiste, num arranjo bilateral de apoio e suporte mútuos

entre escola e profissionais, comunidade, pais, no acompanhamento e fiscalização dos recursos que são destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Dessa forma, as decisões acerca da destinação dos recursos do PDDE devem ser realizadas por meio da participação do coletivo escolar, na perspectiva da aplicação adequada dos recursos, a fim do atendimento às demandas da instituição educacional, bem como da efetivação de uma gestão democrática. Isto implica no desafio da garantia de um processo decisório mediante consenso, bem como dos interesses da comunidade escolar refletidos nas ações do referido Conselho.

Perguntamos aos sujeitos pesquisados como acontece averiguação de como os gestores estão empregando o dinheiro do PDDE? Responderam:

A escola 1 “Arco-Íris- Por meio da coordenação do conselho escolar junto a secretaria de educação.

A escola 2 “aquarela” – Essa averiguação e de forma transparente pela prestação de contas, notas fiscais, a presença do presidente na compra do produto, as prestações de contas nas reuniões.

“Ana” - Eu acredito que é acompanhado já pelo presidente os gestores só gastam o dinheiro quando o presidente assina, o gestor vai precisar dessa liberação do presidente, e também o PDDE tem suas regras o gestor não vai poder gastar aleatoriamente.

A partir do que foi falado pelas entrevistadas, percebemos que nas instituições pesquisadas há fiscalização para a aplicação dos recursos do PDDE, pelo conselho escolar e também pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), pois na fala da escola 1 “Arco-Íris, a gestora enfatiza que a fiscalização acontece por meio do conselho escolar juntamente com a Secretaria de Educação do Município.

O dinheiro para que seja ofertado é necessário que sejam cumpridas determinações, referentes às prestações de contas, os municípios analisarão e consolidarão as informações fornecidas pelas UEx (Unidades Executoras) representativas das escolas públicas a elas vinculadas e as encaminharão ao FNDE.

Como existe uma definição de como deve ser aplicado o dinheiro, segue as determinações do FNDE através do PDDE, caracterizando uma autonomia relativa concedida às escolas. Esta “autonomia” é incorporada nas decisões tomadas pelos

indivíduos que compõem a escola, através das deliberações sobre os recursos do PDDE, tornando-se uma “autonomia decretada” que possibilita às instituições de ensino, mesmo em face do seu limite de atuação em relação ao Programa, ampliar “espaços de decisão sobre pequenas despesas”. (FRANÇA ,2005, p. 140).

Assim entendemos que a qualidade da administração é seu caráter de mediação da coerência entre meios e fins, ou seja, para que a administração efetivamente se realize é imprescindível que os meios utilizados não contraponham aos fins visados. Para orientação e fiscalização externas à escola complementa-se com mecanismos de participação das comunidades escolares nas decisões sobre a aplicação dos recursos e no controle social dessa aplicação. Nesta perspectiva, pode-se destacar o papel de órgãos colegiados, como o conselho escolar. A prestação de contas às comunidades escolares através de exposição em reuniões, murais, agendas pedagógicas etc. Destacando a prática de informação que a viabiliza, o acompanhamento da gestão financeira por parte de pais de alunos, discentes, docentes e demais profissionais. (PARO, 2016).

Com relação aos obstáculos que o programa pode ocasionar perguntamos o que você identifica como limitação que o PDDE acarretou para a escola? Temos como respostas:

A escola 1 “Arco-Íris- Quando a escola necessita de uma determinada coisa, tem o recurso, mas não é permitido cumprir a necessidade porque o PDDE não pode ser usado para determinada necessidades.

A escola 2 “aquarela” – O valor parcelado e uma limitação muito grande, porque a gente tenta almejar uma coisa, mas por ta limitado a parcelas não dá para realizar, e essa questão que e pelo censo escolar, e uma limitação por exemplo esse ano trabalhei com tantos alunos e no próximo ano tem mais alunos , então vou ta trabalhando com um valor inferior e tem a questão do IDEB se ele cai diminui o valor repassado para a escola.

“Ana” - Ele limita no momento que ele e calculado com a quantidade de alunos do ano anterior, no ano que ele cai na conta da escola, não e de acordo com os alunos do ano atual então acredito que isso prejudica, porque a quantidade de alunos já não é a mesma, do ano anterior.

Por meio dos depoimentos percebemos que o recurso do PDDE tem as suas limitações, na fala da gestora a escola 1 “Arco-Íris, mostra que mesmo a escola podendo comprar um material que esteja necessitando seja de material de capital ou de custeio,

no entanto, não poderá comprar porque como o PDDE tem as suas normas o dinheiro não poderá ser usado, se não for para o que foi determinado.

Através dos dados coletados durante as entrevistas com a gestora da escola 2 “aquarela” e a professora “Ana” ficou claro que os recursos provenientes do PDDE não são suficientes para suprir as necessidades da escola, mas contribui para o seu funcionamento, mesmo o valor recebido sendo insuficientes, é de extrema importância para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

Além do valor ser insuficiente, tem a questão do censo escolar, pois o dinheiro recebido corresponde a quantidade de alunos do ano anterior, então a escola trabalha com um valor inferior, pois a quantidade de alunos não é a mesma, pode haver um aumento ou diminuição, mas entendemos que o repasse é inferior para o número de alunos.

O programa possibilitou melhorias no espaço escolar e trouxe práticas mais participativas por parte da comunidade, no entanto ainda é necessário avançar em termos de participação dos pares nos processos de decisão que envolve os gastos com o programa. Apesar de ratificar que os valores continuam na lógica do enxugamento, vemos que o Programa trouxe perspectivas positivas em seu interior e que devem ser apropriadas pelos gestores que almejam aprofundar os níveis de participação no interior das escolas com vistas a induzir a democratização dos processos de gestão escolar. (CARDOSO,2009, pg. 36).

Para (CARDOSO,2009) o PDDE surgiu como meio de assistência financeira para as escolas públicas e trouxe também representações de caráter privado para a escola. A UEx (Unidade Executora) restringiu sua participação apenas nas decisões financeiras não perpassando outras decisões na escola. Assim, ao atolar a escola de cumpridoras de tarefas afastou das discussões de decisões mais importantes. Nas decisões postas, fica uma falsa aparência de poder decisória.

Para último esclarecimento perguntamos como o PDDE e um programa federal que disponibiliza dinheiro diretamente para a escola, você considera que a partir desse momento a escola se tornou mais autônoma tanto financeiramente como na gestão, já que os recursos são utilizados de acordo com as necessidades físicas e pedagógicas? As entrevistadas falaram:

A escola 1 “Arco-Íris- Em parte sim, pois esse recurso é depositado diretamente numa conta onde é feita uma relação do que necessita a instituição e ele é usado. Em contra partida o recurso tem sua limitação, pois não pode ser usado para determinadas necessidades.

A escola 2 “aquarela” – Se eu for analisar por um olhar positivo e se formos analisar pelos outros anos e muito bom, mas essa autonomia e camuflada , mas quando vai analisar de fato faz com que o governo municipal que está próximo acaba não correndo atrás de melhores condições para a educação, pois quando vamos solicitar uma ajuda seja por exemplo de lâmpada eles acabam dizendo e o dinheiro do PDDE a partir que e destinada para isso.

“Ana” – Sim, teoricamente a escola se torna mais autônoma, mas esse recursos e limitado ele não supri as necessidades da escola, a gestão tem que calcular como ele deve ser empregado , como a escola recebe um valor referente ao ano anterior se ouve um aumento então ele não vai suprir as necessidades da escola.

Com as falas percebemos que todas responderam que sim, no entanto essa autonomia tem a sua contradição, por mais que foram estimulados processos de autonomia da própria escola, buscando uma maior eficiência e racionalização dos gastos realizados pela escola. A autonomia da escola não é a autonomia dos professores, ou a autonomia dos pais, ou a autonomia dos gestores, a autonomia, neste caso, é o resultado do equilíbrio de forças numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência (externa e interna), das quais se destacam: o governo e os seus representantes, os professores, os alunos, os pais e outros membros da sociedade local (MOREIRA, 2012, p. 10).

Quando se fala em autonomia da escola, por meio de uma UEx (Unidade Executora), notamos uma certa autonomia relativa para a escola gerir os recursos financeiros públicos a ela repassados. De acordo (CARDOSO,2009) a escola tem uma autonomia relativa, pois já vem pré-estabelecido um percentual desse repasse para as despesas com capital e custeio. Nesse sentido, a escola não participa do processo de decisão de uma política de descentralização da gestão financeira.

Para (LUCK, 2009) autonomia da escola ganhou uma expressão especial, favorecendo à escola a resolução de muitos de seus próprios problemas de consumo, manutenção e reparos, pelo repasse de recursos a ela feito.

É um dos benefícios o valor ser depositado diretamente para a escola, no entanto tem os seus pontos negativos, o valor ser insuficiente, por parcela que se divide em 2 (duas) partes no início e no meio do ano, tem as normas do programa, em que o dinheiro já vem definido para o seu gasto, neste sentido de que a gestão democrática é quase um sinônimo de “autonomia”, podendo ser vista como causa, efeito, que se apresenta de forma bastante complexa.

O cenário multifacetado da educação pública organizado a partir de variados agentes, elementos, interfaces e interdependência, traz consigo muitos e contraditórios interesses e, assim, possibilidades de organização e ação nas unidades escolares. Em geral esse “valor” (a autonomia da escola) é invocado e reivindicado sempre que, nos processos mais gerais, os interesses e opiniões singulares parecem estar sendo desrespeitada. Isso porque, há um senso comum em torno da noção de autonomia relacionada com liberdade total ou independência total, que necessita ser discutido e problematizado (LUCE e MEDEIROS, 2006, pg. 21).

No sentido da afirmação da autonomia da educação (LUCE e MEDEIROS, 2006,) não dispensa relação e articulação entre escolas, sistemas de ensino e poderes, a autonomia é sempre de um coletivo, e para ser legítima é legitimada depende de que este coletivo reconheça sua identidade em um todo mais amplo e diverso, que por sua vez o reconhecerá como parte de si. A autonomia, portanto, se edifica na confluência, na negociação de várias lógicas e interesses, acontecem em um campo de forças no qual se confrontam e equilibram diferentes poderes de influência, interna e externa. Por isso, a autonomia de uma escola, a gestão democrática da escola, deve ser cuidadosamente trabalhada para não camuflar autoritarismo, nem fomentar processos de desarticulação e voluntarismos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o PDDE é um programa do governo federal que envia recursos diretamente para as escolas, o dinheiro é disponibilizado em conta bancária da Unidade Executora da escola, uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha

registros de pessoa jurídica. Os exemplos mais comuns são os conselhos escolares ou caixa escolar, associação de pais e mestre.

Garantindo uma maior autonomia financeira e de gestão, já que é utilizado de acordo com as necessidades físicas e pedagógicas da escola, tendo como principal objetivo a melhoria da aprendizagem dos alunos. As prioridades são definidas com a comunidade escolar.

Neste sentido podemos dizer que houveram respostas com relação a questão problema: De que maneira os recursos utilizados com o Programa Dinheiro Direto na Escola –PDDE estão sendo postos em prática e no objetivo específico que diz: apontar algumas ações na prática pedagógica que se articulam ao PDDE, quando as entrevistadas falam que os recursos são utilizados para as necessidades que a escola têm divididos em custeio que são: lápis, borracha, folhas, tinta de impressora etc. e capital: pintar a escola, comprar uma geladeira, etc.

Para atingir os objetivos pelos quais a escola almeja é necessário que os atores nela envolvidos, planejem as suas ações e estabeleçam prioridades para que possa desenvolver as ações planejadas e cumpra com a sua finalidade.

Nas escolas pesquisadas quem decide como aplicar os recursos do PDDE é o conselho escolar que realiza “reuniões” para tratar de questões pedagógicas, administrativas e financeiras. À medida que os pais, professores e funcionários opinam sobre como aplicar os recursos, aumentando assim a transparência da gestão.

Cabe destacar que a participação nesses órgãos colegiados implica no poder real dos participantes da comunidade escolar de tomar parte ativa na gestão da escola e na promoção de seus processos educacionais, indo muito além dos aspectos relacionados à questão financeira.

Sendo assim entendemos que uma parceria consiste, num arranjo bilateral de apoio e suporte mútuos entre escola e profissionais, comunidade, pais, no acompanhamento e fiscalização dos recursos que são destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Então a partir do que foi explanado acima temos um dos objetivos específicos respondidos e que as escolas pesquisadas trabalham na sua prática pedagógica: identificar os mecanismos de participação da comunidade escolar na gestão dos recursos

do PDDE. Que há uma participação de todos os indivíduos da comunidade escolar, através das reuniões, que a partir dessas reuniões são decididos o que será feito com os recursos.

Nesta perspectiva, pode-se destacar o papel de órgãos colegiados, como o Conselho Escolar para a prestação de contas às comunidades escolares através de exposição em reuniões, murais, agendas pedagógicas etc. Destacando a prática de informação que viabiliza o acompanhamento da gestão financeira por parte de pais de alunos, discentes, docentes e demais profissionais.

É importante destacar que, por melhores que sejam as condições de participação e sua expressão na escola, nunca é ideal ou dada definitivamente, cabendo o cuidado e liderança contínuos do diretor para a sua manutenção e melhoria.

Percebemos pelas respostas das entrevistas que ambas têm conhecimento do que é o PDDE e a sua utilidade para gerenciamento das escolas, respondendo a um dos objetivos específicos: explicitar o PDDE como programa no âmbito da gestão escolar.

Entretanto apesar de ser um recurso que disponibiliza dinheiro diretamente para as escolas ele têm seus pontos negativos, são eles: valores inferiores ao que a escola necessita, as regras que a ele são destinado, como por exemplo: se sobrou algum recurso do capital, o mesmo não poderá ser usado como custeio, então a escola acaba ficando com pouco recurso para o seu funcionamento.

Podemos notar que as diretoras trabalham com a gestão democrática, pois as escolas pesquisadas têm uma UEx (Unidade Executora) que funciona como Conselho Escolar, de modo a poder receber e gerir os recursos financeiros que lhe são destinados, ambas as gestoras juntamente com a professora enfocam no funcionamento participativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB n. 9.394/1996. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Módulo PDDE / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Secretaria de Educação a Distância. 2 ed., atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2006.

CABAL, Antônio Neto. Et al (orgs) **Pontos e Contrapontos da Política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber livro Editora, 2007.

CARDOSO, José Carlos M. **O PDDE como instrumento de democratização da gestão escolar no Pará**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2009.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisas em turismo**. 4ª ed. São Paulo: Futura, 2000. 286 p.

DOURADO, Luiz Fernando. **Conselho Escolar e o Financiamento da educação no Brasil**. [Et.al.]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica,2006.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**, Universidade Estadual, Ceará, 2002.

FRANÇA, M. **Gestão e Financiamento da Educação: o que mudou na escola? PDDE**. FUNDEF. Natal: EDUFRN, 2005. GROPPA.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Izabel Leticia Pedroso. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2006.

LUCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas Competências**. Editora Positivo, Curitiba,2009.

MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais, 3ª edição*.2015.

MOREIRA, A. M. A.**Gestão financeira descentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola**. Fineduca - Revista de Financiamento da Educação. Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 1-13, 2012.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PINHEIROS, Iara Ferreira. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)- implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da Educação Básica.** Editora UFJF, Juiz de Fora,2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico.** 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale,2013.

SANTOS, I. M.; SILVA, G. T.; SILVA, J. C. **Estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola em diferentes contextos no Brasil.** *Jornal de Políticas Educacionais.* V. 12, n. 6. Março de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CAMPUS IV – LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS ESPANHOL

Perguntas da entrevista realizada com as Gestoras e a Professora das duas Escolas do
Município de Belém-PB.

Questão Problema: De que maneira os recursos utilizados com o programa PDDE
estão sendo postos em praticas?

O que e o PDDE para você?

Como a comunidade escolar participa das decisões dos recursos que são previstos com o
Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE?

De que maneira os gestores tornam eficientes à aplicação das ações referentes aos
recursos do Programa PDDE?

Como acontece averiguação de como os gestores estão empregando o dinheiro do
PDDE?

O que você identifica como limitação que o PDDE acarretou para a escola?

Como o PDDE e um programa federal que disponibiliza dinheiro diretamente para a
escola, você considera que a partir desse momento a escola se tornou mais autônoma
tanto financeiramente como na gestão já que os recursos são utilizados de acordo com
as necessidades físicas e pedagógicas?